

DOSSIÊ . O acidente de trabalho não é o fim da história

O regresso ao trabalho após o acidente sob o prisma do género

Os acidentes de trabalho têm género? Olhá-los nesta perspectiva permite compreender um dos eixos de construção de desigualdades, antes e depois do sinistro, bem como pensar caminhos do seu combate.

CLÁUDIA PEREIRA, MARTA SANTOS, LILIANA CUNHA e MARIANNE LACOMBLEZ *

O regresso à actividade profissional após um acidente de trabalho insere-se num processo complexo cuja trajectória revela, não raras vezes, factores de desigualdade, nomeadamente se a analisarmos pelo prisma do género. O primeiro marco temporal de tais desigualdades é, sem dúvida, o das condições em que ocorreu tal acidente, pois é de não esquecer que um acidente de trabalho resulta de falhas técnico-organizacionais que, numa determinada empresa, acabaram por originar um desfecho desastroso. Ora, tendencialmente, homens e mulheres desempenham a sua actividade em empresas e sectores de produção diferenciados, sendo que raramente exercem as mesmas funções. Assim, as suas actividades concretas distinguem-se, na larga maioria dos casos, não só pelas especificidades do contrato de emprego e pelos níveis de qualificação atribuídos, como ainda pelas competências esperadas, pelas condições de trabalho concedidas e precauções em termos de saúde e segurança, ou pelos constrangimentos próprios à organização do tempo de trabalho. Logo, é frequente as mulheres aca-

barem por ser afectadas a actividades ditas tipicamente femininas, sendo banalizadas as necessidades da sua protecção ou de acções de prevenção; e, dos homens que ocupam actividades predominantemente masculinas, é recorrente esperar-se maior resistência, considerando que não precisam de medidas preventivas particulares.

Por isso, se a questão do género não pode ser isolada da consideração de outras variáveis, também é obvio que ela merece alguma atenção na análise dos moldes diferenciados com que ocorre a trajectória posterior ao acidente de trabalho. Alguns aspectos revelaram-se efectivamente significativos quando introduzida esta variável como categoria de análise.

Lembraremos primeiro que o estudo «Regresso ao trabalho após acidente: superar obstáculos» integrou 366 participantes, dos quais 282 homens e 84 mulheres (sócios/ex-sócios da ANDST), de várias regiões do país (Norte, Centro, Sul).

No que respeita à actividade de trabalho realizada aquando do acidente, verificou-se a concretização do que realçamos de modo

global, na representação diferenciada por actividade profissional: maior percentagem de homens na Construção Civil (22,9%) e nos Transportes e Armazenagem (23,8%), e maior percentagem de mulheres em actividades de Saúde e Apoio Social (16%), na Indústria Transformadora (14,6%), na Restauração e Trabalho Doméstico (13,3%, em cada).

Quanto à distribuição por actividade de trabalho, esta é consentânea com o tipo de acidente e de lesão retratados: no caso dos homens, acidentes relacionados com a perda de controlo de máquinas (46,7%), manuseamento de ferramentas e meios de transporte, verificando-se uma frequência entre 18 e 19% de lesões nos membros superiores, mãos, tronco, costas, barriga, e membros inferiores; enquanto que, no caso das mulheres, identificam-se acidentes resultantes de quedas/escorregamentos (38%) ou provocados por movimentos sujeitos a constrangimentos físicos (25,3%), com maior incidência de lesões nos membros superiores (35,7%) e inferiores (22,6%).

Associados a estes acidentes e lesões, os resultados do Perfil de Saúde de Nottingham permitem ilustrar que grande parte das sequelas do acidente não são visíveis/diagnosticadas e manifestam-se, nomeadamente, sob a forma de dores («tenho dores insuportáveis»; «tenho dores durante a noite») e dificuldades na mobilidade física («tenho dificuldade em subir/descer escadas e degraus», «tenho dificuldade em baixar-me») – sendo ligeiramente mais expressivas no caso das mulheres.

No que respeita às mudanças no emprego e trabalho após o acidente, denota-se uma tendência geral para sua degradação, destacando-se os seguintes aspectos:

Se, antes do acidente, o salário de trabalho era o rendimento principal para a grande maioria dos participantes (sem diferenças entre homens e mulheres), após o acidente surgem outras fontes de rendimento principal em função do género: subsídio de desemprego no caso dos homens, e subsídio de doença/acidente mais no caso das mulheres;

Relativamente à situação de emprego actual, a maior parte dos participantes que se encontram a trabalhar são homens; existindo uma maior percentagem de mulheres que se encontram de baixa;

A maior parte dos participantes não vê adaptado o seu posto/horário de trabalho, existindo também um sentimento de emprego ameaçado, mais evidenciado pelas mulheres;

Esta degradação das condições de emprego/trabalho estende-se para além do posto/horário de trabalho, integrando, por um lado, a impossibilidade de realizar um trabalho bem feito, e, por outro lado, a ausência de reconhecimento/ajuda por parte dos colegas e/ou das chefias. A título de exemplo, registaram-se verbalizações como «nunca fui aceite a 100% por alguns colegas de trabalho. Olhavam para mim de esquelha, como quem diz “este agora faz o que quer e lhe apetece”» (ex-servente da construção civil; 49 anos, com «incapacidade absoluta para todo e qualquer trabalho»); «comecei a sentir-me à parte... como quem diz “vai-te embora, porque já não me serves”» (ex-cabeleireira; 59 anos, actualmente reformada).

Assim, apesar de os resultados evidenciam, de modo global, situações penosas e degradantes tanto para homens como para mulheres, parece que as mulheres ficam recorrentemente mais prejudicadas, tendo em conta as suas condições de emprego e de trabalho, o tipo de acidente e de lesão mais comuns, mas também o impacto destes acidentes na sua saúde, que se expressa ainda sob a forma de dores que não são episódicas, que prevalecem no contexto de trabalho e fora de trabalho, e que incapacitam – mesmo sem reconhecimento.

O facto de se assumir o género como opção de análise permitiu compreender, de forma mais completa e incisiva, a complexidade das circunstâncias e consequências dos acidentes de trabalho, e dá outra visibilidade a determinadas questões que merecem maior difusão, de modo a que se possam identificar vias de intervenção, por parte das instituições com responsabilidade neste domínio (Tribunais, Seguradoras, ACT), nos contextos de trabalho e fora deles, tendo em vista a melhoria das condições de trabalho, de todos os trabalhadores, sinistrados ou não, e mais globalmente de condições de exercício de cidadania, no trabalho e fora dele. ■

* Psicólogas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

DONS E DISCIPLINAS DO CORPO FEMININO

Num tempo em que o corpo parece ter voltado ao centro da política, este é um livro que recupera o conjunto de sentidos produzidos em torno do corpo da mulher no regime do «Estado Novo». Agora em edição revista, escrutinamos o discurso oficial e as tensões trazidas ao de cima pela luta de uma imagem da condição feminina conforme e resignada, mas também espelho de uma nova ordem. Sobre ele todas as autoridades vieram à cena prescrever, corrigir e aperfeiçoar, num diálogo constante entre a casa e a vida pública que acabou por tutelar o papel da mulher portuguesa, ainda hoje bem vivo na memória e no quotidiano da sociedade portuguesa.

Autora: Inês Brasão

Edição: Deriva e Outro Modo, *Le Monde diplomatique* – edição portuguesa s'érie LEITURAS | 2017 | Preço: 11,50€ (10% de desconto para assinantes)

